

AS CONCEPÇÕES BRASILEIRA E ANGLÓFONA DE PLÁGIO: UM ESTUDO PRELIMINAR

MARÍLIA MENDES FERREIRA*
ALISSA PERSIKE**

RESUMO

Diante da internalização das universidades brasileiras e a crescente pressão por publicação em inglês em periódicos internacionais bem qualificados, a questão do plágio adquire contornos mais complexos (FERREIRA; PERSIKE, 2014) como, por exemplo, o aspecto cultural. Este estudo analisa a visão do termo em manuais de ensino da escrita acadêmica em português e a compara com a visão anglófona (SCOLLON, 1995). A visão anglófona foi investigada em revisões da literatura sobre o tema e em sites das principais editoras internacionais. A visão brasileira foi abordada em oito importantes manuais de ensino da escrita acadêmica em português. Verificou-se que o termo é evitado no Brasil, enquanto no contexto anglo-saxão, é amplamente discutido e seu ensino defendido. Além de ser definido de maneira superficial – quando há definição –, a prevenção ao plágio não é abordada, uma vez que as habilidades essenciais do letramento acadêmico para a elaboração de textos, como a paráfrase, não são contempladas adequadamente nos materiais.

PALAVRAS-CHAVE: plágio, letramento acadêmico, manuais de ensino da escrita acadêmica em português, visões brasileira e anglófona de plágio.

1. INTRODUÇÃO

O plágio é um tema que ganha crescente destaque na mídia (ver, por exemplo, *O Estado de S. Paulo*, 7/10/14, 19/7/16; *Folha de S. Paulo*, 25/4/16, 29/7/16) e nos ambientes escolar e acadêmico (FERREIRA; PERSIKE, 2014). É comum a dúvida se o plágio

* Doutora em Linguística Aplicada pela The Penn State University (PENN STATE), Pensilvânia, Estados Unidos, EUA. Pós-doutorado pela Universidade de Bath, Reino Unido, Bath, Reino Unido. Livre-docência pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: mmferreira@usp.br.

** Bacharela e licenciada em língua portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: alissa_persike@hotmail.com.

aumentou devido ao surgimento da internet (*Último segundo*, 3/8/2010; SILVA; DOMINGUES, 2008, p. 118) ou à pressão por maior produção (de publicações, de trabalhos dos alunos) (ver, por exemplo, *O Estado de S. Paulo*, 26/11/13). Obviamente, o plágio consiste em uma má conduta acadêmica, a qual deve ser combatida.

Entretanto, em tempos de internacionalização das universidades brasileiras e com a crescente demanda por publicações internacionais em periódicos de alto fator de impacto, a questão do plágio adquire contornos mais complexos (FERREIRA; PERSIKE, 2014). Esses periódicos são publicados por países cuja relação e tradição com a escrita acadêmica e com a prática do plágio são diferentes da do Brasil. Aqui se coloca, portanto, um tema a ser melhor investigado e considerado pelos pesquisadores brasileiros ao submeterem seus artigos a periódicos internacionais: uma comparação das visões anglófona, imperante na publicação internacional, e brasileira, ainda pouco clara. Essa comparação pode ser realizada tanto no nível textual, ou das habilidades, quanto no nível do contexto social mais amplo de promoção do letramento. Essa questão será retomada posteriormente no artigo.

Assumimos aqui que a visão anglo seja imperante porque a maioria das grandes editoras de livros e periódicos de alto impacto como Reed-Elsevier, Springer, Wiley-Blackwell, Taylor & Francis e Sage (LARIVIÈRE; HAUSTEIN; MONGEON, 2015) foram fundadas e possuem seus escritórios principais nos Estados Unidos e/ou Europa, bem como as editoras de prestígio ligadas a universidades como Oxford University Press, Cambridge University Press, que também estão localizadas nessas regiões.

O plágio está associado à má conduta desde a Grécia e Roma antigas e adquire maior relevância e conotações diversas com a invenção da impressão nos séculos XV e XVI e, posteriormente, com a criação da lei de direito autoral, nos séculos XVII e XVIII, na Inglaterra e Estados Unidos. Nesse contexto, é sustentado por uma ideologia utilitarista (SCOLLON, 1995). Além disso, um importante manual de escrita acadêmica em inglês (SWALES; FEAK, 2012) afirma que o conceito de plágio foi construído a partir de uma visão anglófona e europeia ocidental.

O tema tem sido estudado em diferentes aspectos (ver FLOWERDEW; LI, 2007 para uma revisão dos estudos na área). No

Brasil, é abordado, sobretudo, pela área de educação e direito; na área de letras e linguística, são ainda poucos os estudos (CHRISTOFE, 1996; FERREIRA; PERSIKE, 2014; KROKOSZ, 2015).

Um dos aspectos ainda carentes de estudo é a visão do plágio de outras regiões do mundo (FLOWERDEW; LI, 2007). Este estudo visa exatamente investigar a concepção brasileira de plágio. Para tal, analisamos materiais de ensino da escrita acadêmica em português e, posteriormente, comparamos os resultados com uma visão anglófona. Esperamos, dessa forma, contribuir para os estudos sobre o plágio ao investigar o tema por um viés cultural. A visão que adotamos aqui é de que essa prática, antes de ser considerada crime, deve ser vista primeiramente como um problema de letramento acadêmico (FERREIRA; PERSIKE, 2014), para a qual a percepção do aspecto cultural do conceito é fundamental. A definição para *letramento acadêmico* aqui adotada é a de uma socialização crítica no uso da língua (de forma oral, escrita) no contexto acadêmico, baseada em habilidades gerais do letramento e que conduza à agência dos integrantes de uma comunidade no uso da língua nesse contexto (FERREIRA, 2015). O contato com tais habilidades não elimina a possibilidade de ocorrência do plágio, mas a pode atenuar, uma vez que os alunos são expostos diretamente ao assunto.

A prevenção do plágio na escrita baseia-se no domínio de algumas habilidades básicas, valorizadas na academia, como o citar e o parafrasear. Estas, por sua vez, repousam em valores norteadores da prática textual, construídos historicamente e socialmente, tornando-se, portanto, culturais. Sendo assim, o trabalho insere-se, também, no viés educacional do plágio, a ser exposto a seguir, por meio da análise de manuais de escrita acadêmica em português.

O artigo está organizado da seguinte forma: em uma primeira parte, revisamos alguns estudos sobre o plágio no Brasil para, em seguida, discutirmos a visão anglófona sobre o termo. Em seguida, passamos a expor o estudo empírico – metodologia, análise de dados e discussão.

1.1 ESTUDOS SOBRE PLÁGIO NO BRASIL

No Brasil, os poucos estudos sobre o plágio abordam-no basicamente em três aspectos: jurídico, ético e educacional (FERREIRA; PERSIKE, 2014).

Pelo viés jurídico, o plágio é considerado um desrespeito aos direitos autorais (MORAES, 2004; BARBASTEFANO; SOUZA, 2007; SILVA; DOMINGUES, 2008; SILVA, 2008; GONÇALVES; NOLDIN; GONÇALVES, 2011; PITHAN; VIDAL, 2013). Sobre a importância em respeitar os direitos autorais, Moraes (2004, p. 18) afirma que “Tolerar o plágio acadêmico é aniquilar o incentivo à produção intelectual. Permitir o triunfo da fraude. Desincentivar a criatividade. Desestimular o autor. [...]”. Nesse sentido, justifica-se a urgência de mais estudos sobre o plágio no Brasil e sua discussão, para que a postura dos locais de ensino e, conseqüentemente, a de seus frequentadores, seja modificada em sua essência.

O aspecto ético ressalta o plágio como ofensa à integridade científica (VAZ, 2006; ALBUQUERQUE, 2009; DINIZ; MUNHOZ, 2011), uma prática desonesta ou má conduta científica, conforme documentos apresentados por instituições nacionais ligadas à pesquisa (CAPES, 2011; FAPESP, 2011; CNPq, 2011) e estudos brasileiros sobre plágio (AZEVEDO, 2006; VAZ, 2006; SABBATINI, 2013; KROKOSZ, 2015).

Vaz (2006, p. 163) define ética como uma dimensão que se refere à “orientação da ação constituída no princípio do *respeito*, [...] buscando o encontro da realização do *bem* da coletividade” (marcações das autoras). Nesse sentido, o plágio pode ser compreendido como antiético, uma vez que causa danos tanto a quem foi plagiado, por não ter suas ideias reconhecidas, como ao próprio plagiador, que receberá sanções mediante sua ação.

Já pelo aspecto educacional – ou pedagógico, em palavras de Pithan e Vidal (2013) – o plágio é entendido como um problema gerado por falhas nas “estratégias de alfabetização e treinamento autoral” (KROKOSZ, 2015, p. 9). Os estudos brasileiros apontam que plagiar se tornou uma prática comum principalmente durante a educação básica (BARBASTEFANO; SOUZA, 2007; ABRANCHES, 2008; SILVA, 2008; ALBUQUERQUE, 2009). Em outras palavras, os problemas no letramento – no âmbito escolar, a falta de correlação entre a representação física e sonora das letras, a inaptidão de ler e escrever um texto e a interpretação equivocada de textos; na academia, a inabilidade em citar e construir paráfrases de boa qualidade – se

constituem como uma das principais causas do plágio (ABRANCHES, 2008; FERREIRA; PERSIKE, 2014) e podem dificultar a constituição do aluno como autor (ABRANCHES, 2008).

Segundo Abranches (2008), os alunos, independentemente do nível de ensino, não conhecem as noções de autoria e plágio, pois os próprios professores não tratam o assunto em sala de aula e, desse modo, os alunos não participam ativamente do processo de produção do conhecimento. Apesar de não expor dados empíricos, o autor, com base na sua experiência e observação, defende a ideia de que uma prática pedagógica com foco na autoria do aluno pode auxiliar a prevenir o plágio.

Entretanto, o problema persiste e se acentua durante o nível superior, em que os alunos precisam escrever e não sabem como conciliar diferentes vozes em seu texto (DINIZ; MUNHOZ, 2011; FERREIRA; PERSIKE, 2014), ou como fazer as citações, referências e paráfrases corretamente (GONÇALVES; NOLDIN; GONÇALVES, 2011); FERREIRA; PERSIKE, 2014). Diante desse desconhecimento, alguns autores defendem a necessidade de criação de disciplinas específicas (de metodologia, filosofia da ciência e redação) para elucidar dúvidas dos alunos e ensinar essas habilidades fundamentais para o letramento acadêmico (AZEVEDO, 2006; ALBUQUERQUE, 2009; FERREIRA; PERSIKE, 2014).

Albuquerque (2009), num estudo sobre a qualidade das produções científicas, identificou que o plágio ocorre pela citação feita de maneira equivocada: como trechos citados sem aspas, mas com indicação da fonte, ou trechos com indicação incorreta da fonte.

Azevedo (2006) afirma que, no caso do Brasil, há poucos registros e estudos sobre o tema e, além disso, que a ausência de diretrizes nacionais torna mais difícil comprovar e evitar fraudes, como a falsificação e o plágio. Apesar do texto não ser recente, o quadro ainda não apresenta tantas melhoras. As diretrizes oficiais acima citadas contêm orientações de caráter geral e norteador para as universidades e fazem referência a *softwares* de detecção de plágio robustos, como o *Turn it in*, que ainda são muito caros e, portanto, pouco acessíveis à comunidade acadêmica.

Em suma, três concepções norteiam o termo no Brasil: o desrespeito aos direitos autorais (viés jurídico), a prática desonesta ou má conduta (viés ético), falhas no sistema educacional que não desenvolvem habilidades básicas para se evitar o plágio (viés educacional). São poucos os estudos no âmbito educacional que definem o plágio de maneira explícita (ROMANCINI, 2007; VASCONCELOS, 2007; KROKOSZ, 2012, 2015) e apenas um texto (ALBUQUERQUE, 2009) apresenta a paráfrase sem indicação de autoria como plágio, em consonância com a visão anglófona, a qual será exposta a seguir.

1.2 A VISÃO ANGLÓFONA DE PLÁGIO

Scollon (1995) detalha a construção histórica do plágio por meio da análise de Patterson (1968) sobre a criação dos direitos autorais (*copyright*). O surgimento das editoras, motivado pela invenção da imprensa, leva à criação desses direitos, os quais não objetivaram proteger os direitos dos autores, mas sim o discurso, aquilo que se escrevia. Na origem da atividade de imprensa e publicação, o autor já estava desvinculado dessa atividade. Ele possuía a propriedade intelectual das ideias, mas não o direito de sua publicação e divulgação. Em suma, segundo Patterson (1968), os direitos autorais foram criados para preservar interesses econômicos dos editores e não os autores.

Além disso, deve-se atentar para o fato de que essa propriedade individual não se refere somente às ideias, mas também à linguagem (PENNYCOOK, 1996). Isso trará sérias implicações para o papel da qualidade da paráfrase para se evitar o plágio. Esse assunto será retomado na discussão dos dados.

Outro conceito que embasa o termo plágio é a originalidade do indivíduo e da construção do conhecimento. Segundo Scollon (1995, p. 1), a academia valoriza “o indivíduo criativo, original que, como um acadêmico autônomo, apresenta seu trabalho para um público sob o seu nome”. Esse trabalho é construído sob a crença de que “ideias e frases são capazes de serem originalmente concebidas pelos indivíduos” (SCOLLON, 1995, p. 20). Portanto, a visão de indivíduo que cria algo é embasada no Iluminismo: um sujeito autônomo, original, individualista (SCOLLON, 1995; PENNYCOOK, 1996) e (agora mais do que nunca) produtivo.

Essa concepção de indivíduo afetará a concepção de discurso (uso da linguagem) na academia: racionalidade e autonomia expressas por qualidades como clareza, brevidade, sinceridade, análise, originalidade, objetividade e descontextualização (SCOLLON, 1995). Essas qualidades são valorizadas pelo discurso acadêmico, em especial o anglo-saxão, e ensinadas (ou pelo menos se deveria) por meio de práticas de socialização com o letramento acadêmico. A visão iluminista do escritor (pesquisador) e do texto não poderiam escapar a esse movimento intelectual, uma vez que ele reforça a importância da ciência moderna.

Esse discurso embasado no indivíduo autônomo e original e nesse estilo de escrita é denominado por Scollon (1995) de utilitarista. Essa visão continua a imperar na atividade de publicação que hoje se mostra com toda sua força como uma ação econômica que influencia profundamente a atividade acadêmico-científica. Produtivismo, plágio, fator de impacto, má conduta científica são alguns dos temas que perpassam a vida dos pesquisadores novatos e experientes e que merecem ser objeto de sua reflexão, pois são valores que afetam carreiras, publicações e políticas públicas de promoção da produção acadêmico-científica.

Além dos valores de direito autoral, que validam a originalidade, e de um discurso racional/utilitarista, o plágio é associado a um discurso legal. Suas definições sempre se referem a algo negativo como ofensa, má conduta, desonestidade, roubo intelectual, engano, e são tratadas de forma jurídica pelas universidades e editoras (SUTHERLAND-SMITH, 2010). Faz-se interessante observar que a etimologia da palavra plágio permite essa associação.

No grego, *plágios* significa não estar em linha reta, e no sentido figurativo aquele que usa meios escusos (DIAS; EISENBERG, 2015). No latim, o verbo *plagiare* quer dizer ferir e o substantivo *plagiarius* significa o que vende pessoas livres como escravos. O poeta romano Marcialis usa essa palavra metaforicamente para se referir ao sequestrador do seu poema, o qual é comparado a uma criança (KROKOSZ, 2012; SCOLLON, 1995). Portanto, o termo é marcado etimologicamente como uma ação desprezível.

Sutherland-Smith (2010) explica que a legislação criadora dos direitos autorais equipara o autor a um pai, e o trabalho a uma criança.

Assim, plagiar um trabalho (ideias e ou linguagem) de outrem equivale ao ato de sequestrar uma criança, baseado no uso de Marcialis. Pode-se entender que essa comparação coloca o plágio na lista de crimes gravíssimos: sequestrar ideias de outrem é tão hediondo quanto sequestrar uma criança. Ela reforça os discursos legal e utilitarista que embasam o plágio.

Pecorari (2001), em um estudo seminal sobre a visão de plágio em 140 universidades americanas, australianas e inglesas, revela que o ato é considerado desonesto, criminoso por essas instituições e sujeito a penalidades administrativas e judiciais. A definição adotada pelas universidades é a seguinte: “material que foi retirado de alguma fonte por alguém sem o reconhecimento [dessa fonte] e com ou sem intenção de enganar” (p. 235).

Numa revisão dos estudos sobre o plágio, Flowerdew e Li (2007) destacam as seguintes definições: 1) “má-conduta acadêmica [...] incentivada por uma cultura de más práticas que se desenvolveram como resultado de práticas mercantilistas da academia e do crescente valor econômico conferido às qualificações acadêmicas, particularmente em comunidades Anglo [...]” (CALLAHAN, 2004 apud FLOWERDEW; LI, 2007, p. 162); 2) “empréstimo de ideias, informação ou linguagem sem menção à fonte” ou paráfrase de má qualidade, mesmo com menção à fonte (HACKER, 1991, p. 507 apud HOWARD, 1993, p. 233). Consideramos que a definição de Hacker é influente no contexto americano, pois ela é autora de vários manuais de escrita acadêmica amplamente adotados por universidades americanas (*Rules for Writers*, *Writer’s Reference*, por exemplo). Portanto, pode-se inferir que a definição de plágio em seus materiais pode ser adotada por essas instituições.

Li (2013) aborda o plágio na atividade de publicação acadêmico-científica. Ele alerta que “a reelaboração de ‘redação básica’ (PERRY, 2010) ou de trechos, sentenças ou parágrafos inteiros eloquentes de texto já publicado” é considerada uma prática condenável pelas editoras. Mais adiante nesse artigo, discutiremos as implicações dessas exigências das editoras para a habilidade de parafrasear de autores, em especial numa língua estrangeira. Essa postura de estender o conceito de plágio a uma paráfrase de má qualidade mesmo citando a fonte está

levando as editoras a usarem o *CrossCheck* para escanear o manuscrito submetido para detecção desse tipo de plágio antes do processo de revisão por pares (NATURE, 2010; LI, 2013).

A visão anglo-saxã de plágio pode também ser detectada nos documentos de duas instituições relevantes para a pesquisa: o COPE (*Committee on Publication Ethics*), que regulariza a ética da publicação das editoras internacionais e o *US Office of Research Integrity*, que lida com a má conduta em pesquisa em saúde dos Estados Unidos. As orientações do COPE, que são adotadas pelas principais editoras internacionais do mundo, não admitem nem uma pequena extensão de cópia da linguagem do texto a ser referenciado, como se observa no seguinte trecho: “Cópia de pequena extensão de trechos curtos como na seção discussão do artigo por parte de autor não nativo não é aceitável pela COPE.” (LI, 2013, p. 1244-5). Já a definição usada pelo Escritório Americano para Integridade na Pesquisa define plágio como “apropriação de ideias, processos, resultados ou palavras de outrem sem o devido crédito”.

A editora Elsevier enfatiza que “na publicação acadêmica, [...] o indivíduo precisa fazer um trabalho original e preparar seus artigos sem auxílio”. Da mesma maneira, Taylor and Francis adverte que “todos os autores devem garantir que seus trabalhos submetidos são realmente originais, que não violem os direitos autorais de ninguém ou entidade”. As editoras citadas e, também, Springer, Wiley-Blackwell e Sage, principais atrizes na atividade de publicação internacional, adotam uma visão anglo-saxã de plágio que prioriza ao extremo a originalidade tanto das ideias (na forma de processos, teorias, dados, resultados) quanto de sua expressão linguística. Por isso, o autoplágio (cópia de textos, dados, resultados previamente publicados pelo autor em manuscrito submetido sem a devida citação do seu trabalho [MARTIN, 2013] ou reformulação da redação [ROBINSON, 2014]) é também considerado uma má conduta. O contraste dessa visão com a cantonesa realça a base cultural do conceito de plágio:

No sistema metafórico cantonês, uma pessoa é o que é, independente de se expressar livre, aberta e frequentemente para outras. Diferentemente, no sistema norte-americano, há uma compulsão constante para se recriar o *self* (e auxiliar os outros na sua tare-

fa de auto-criação) por meio da comunicação, em especial da fala. (SCOLLON, 1995, p. 19)

Em suma, a visão anglófona de plágio baseia-se numa visão iluminista de originalidade do sujeito na geração de ideias e na sua expressão linguística e de propriedade intelectual. Apesar de discussões que questionem esses valores (PENNYCOOK, 1996; SCOLLON, 1995), essa concepção é amplamente adotada pelas editoras internacionais e, portanto, constituem as regras do jogo da publicação internacional. Outro aspecto da discussão do termo pelos autores estrangeiros aponta para a necessidade de sua prevenção por meio do ensino (PECORARI, 2001; LI, 2013; LUKE; KEARINS, 2012) e de instruções claras por parte das editoras (LI, 2013).

A visão anglófona contempla também os aspectos jurídico, ético e educacional já discutidos na seção anterior. Entretanto, no contexto anglo, os valores embaixadores destes estão mais claros, bem como o papel da educação para se prevenir o plágio nos âmbitos da escola ou da publicação. Essa clareza advém da imersão dos indivíduos e instituições nas práticas sociais – envolvendo o ensino formal ou não – que constroem o modo de conceber de uma comunidade, isto é, a cultura sobre o plágio.

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa objetiva 1) investigar a concepção de plágio revelada por materiais que auxiliam os alunos na escrita acadêmica em português – materiais de metodologia científica e aqueles com orientações para resumir; e 2) comparar a concepção desses manuais com uma visão anglófona do termo. Segundo Gu e Brooks (2008, p. 350), esse tipo de material constitui um local apropriado para se investigar o plágio.

As perguntas de pesquisa são as seguintes: (1) *qual a concepção de plágio adotada pelos manuais de escrita acadêmica em português?* (2) *em que medida os materiais analisados refletem a visão anglófona do termo?*

Para coleta, foram selecionados oito livros: dois são de metodologia científica, duas obras ensinam como resumir, três

exemplares abordam a produção textual na universidade e um manual prático discute os conceitos de autoria e plágio (ver Quadro 1).

Os livros de metodologia científica objetivam ensinar a escrita de trabalhos acadêmicos. Tradicionalmente, são procurados pelos alunos universitários para a obtenção de informação sobre como escrever textos na academia. Livros sobre como resumir, definido aqui como um texto isolado, criado com o objetivo de condensar as ideias centrais de outro autor, foram escolhidos porque esse gênero escolar exige do aluno a habilidade de sintetizar ideias e de parafraseá-las. Essas habilidades são relevantes na escrita acadêmica e empregadas frequentemente em outros tipos de texto, como, por exemplo, a revisão de literatura. O resumo em outros textos envolve a coordenação de diferentes autores e suas ideias em um texto próprio. Portanto, entendemos que o ensino da síntese de um texto envolve habilidades que serão necessárias para se evitar o plágio.

O Quadro 1 contém informações sobre os livros selecionados para a coleta de dados.

QUADRO 1 - LIVROS SELECIONADOS

	NOME DO LIVRO	EDIÇÃO
1	Autoria e Plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores	1ª
2	Resumo - Leitura e Produção de Textos Técnicos e Acadêmicos	1ª
3	Resumo (Coleção: Aprenda a fazer)	1ª
4	Metodologia científica	6ª
5	Metodologia do trabalho científico	23ª
6	Produção textual na universidade	1ª
7	Um texto para chamar de seu	1ª
8	Como se faz uma tese	Utilizada: 13ª Atual: 25ª

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

A seleção dos livros considerou os seguintes critérios: vendagem elevada em livrarias de renome, número de edições da obra e disponibilidade em bibliotecas da Universidade de São Paulo, local de estudo e trabalho das autoras.

O primeiro critério revela quais materiais têm sido buscados para a obtenção de informações sobre escrita. A venda desses livros foi verificada em *sites* de livrarias brasileiras renomadas como Cultura, Saraiva e Cia dos Livros, bem como em *sites* de venda em geral, como Submarino, Americanas e Extra. As palavras-chave *metodologia científica*, *resumo* e *plágio* foram digitadas no mecanismo de busca dos *sites*. Os resultados da busca indicavam os títulos disponíveis na loja virtual que, ao serem clicados, abriam a página de compra da obra, a qual compreendia dados do livro, valor para compra e informações gerais sobre a obra e seu(s) autor(es). Havia, também, um quadro comparativo gerado pelo próprio *site* que indicava o percentual de compra daquela obra em relação a outras da mesma área. Analisando-o, consideraram-se obras com vendagem elevada as que possuíam índices de compra acima de 70%. Como exemplo, o livro *Metodologia do Trabalho Científico*, de Antônio Joaquim Severino, foi o mais vendido dentre outros da mesma área: 87% das pessoas que visualizaram títulos na área escolheram comprar o livro selecionado para este estudo.

O segundo critério refere-se ao número de edições da obra. Entende-se que a necessidade de novas edições é gerada pela compra elevada da obra e motivada, também, pela intenção de corrigir problemas da edição anterior. Desta forma, um elevado número de edições demonstra maior alcance do livro, o que foi considerado relevante, pois aponta as obras mais procuradas para conhecer regras de escrita acadêmica e sanar possíveis dúvidas.

O terceiro critério é a disponibilidade em bibliotecas da Universidade de São Paulo. Considera-se que o acesso a tais materiais é fundamental na academia. Dessa maneira, entende-se que a disponibilidade nas bibliotecas é importante, pois estes são alguns dos locais mais procurados pelos universitários para pesquisa, bem como os mais prováveis de se encontrarem as obras, pelo seu grande acervo.

A partir dos oito livros selecionados, que serão analisados a seguir, retiraram-se as definições explícitas de plágio ou qualquer outro tipo de menção ao termo.

2.1 AS OBRAS ANALISADAS

As obras selecionadas para análise possuem como objetivo principal oferecer subsídios teóricos e práticos aos escritores iniciantes e/ou universitários, a fim de aprimorar sua capacidade de sintetizar ideias em textos escritos por meio de técnicas de sumarização de referências.

2.1.1 DEFINIÇÕES DE PLÁGIO

OBRA 1:

“o uso ou a reprodução desautorizada de obras alheias.” (KROKOSCZ, 2012, p. 9)

“Trata-se de qualquer conteúdo (artístico, intelectual, comercial, etc.) que tenha sido produzido ou já apresentado originalmente por alguém e que é reapresentado por outra pessoa como se fosse próprio ou inédito.” (KROKOSCZ, 2012, p. 11)

As definições de plágio citadas acima encontram-se no primeiro capítulo do livro, que trata sobre a origem do termo e suas definições. O livro trata o plágio de forma direta (e não poderia ser de outra forma, já que se propõe a tratar desse tema), definindo-o de maneira explícita e contrapondo sua definição com as de dicionários.

A segunda definição fornecida pelo autor não esclarece em que consiste essa reapresentação: cópia literal sem aspas ou paráfrase de boa ou má qualidade sem menção da fonte? O que o autor afirma é que “no campo artístico e comercial, o direito autoral é protegido por lei e qualquer tipo de reprodução pode ser questionada e submetida ao crivo judicial” (KROKOSCZ, 2012, p. 11), ou seja, o plágio está associado aos valores de direito autoral, como mostrado na introdução de nosso estudo.

No que se refere ao plágio de ideias, afirma-se que “o plágio ocorre não por causa da reprodução, mas porque os créditos não foram atribuídos ao responsável original” (KROKOSCZ, 2012, p. 11). Desse modo, compreende-se que plágio seria a cópia literal sem menção da fonte original. Nesse sentido, o autor define, ainda, o que considera *plágio acadêmico*: não reconhecer o “conhecimento antigo que serve

de base ou ponto de partida para o novo conhecimento [...] por meio da indicação dos seus autores e identificação de sua localização (fonte)” (KROKOSZ, 2012, p. 12).

Porém, o que seria, então, uma paráfrase do trecho original com poucas ou muitas modificações, com ou sem menção da fonte? Essa informação é relevante, pois como vimos, na concepção anglo-saxã de plágio a qualidade da paráfrase é fundamental para se identificar a ocorrência de plágio ou não.

Para Swales e Feak (2012), a má paráfrase é a “cópia de trechos do original fazendo pequenas mudanças como substituindo alguns verbos ou adjetivos por sinônimos” (p. 198). A boa paráfrase possuiria “alterações significativas tanto na linguagem, quanto na organização da informação, na quantidade de detalhes e exemplos” (SWALES; FEAK, 2012, p. 198) e deveria vir acompanhada da indicação de autoria e fonte originais. Trata-se de um recurso linguístico que deve ser utilizado quando elaboramos um texto próprio e utilizamos outros nos quais nos baseamos.

Krokosz (2012, p. 43) classifica o termo *paráfrase* como plágio indireto: “trata-se da reprodução de conteúdos originais reescritos de forma diferente sem a atribuição do crédito ao autor que inicialmente apresentou a ideia”.

O autor exemplifica sua definição no quadro *Exemplo* (KROKOSZ, 2012, p. 44), o qual contém em sua primeira coluna, denominada “FONTE ORIGINAL”, um excerto a ser parafraseado e sua referência. Na segunda coluna, coloca um exemplo de paráfrase sem indicação de autoria e fonte originais, denominado “PLÁGIO INDIRETO (PARÁFRASE)”. Na terceira coluna, um exemplo de paráfrase com indicação de autoria e fonte originais, denominado “CITAÇÃO INDIRETA CORRETA”.

Ao analisá-lo, compreende-se que há uma confusão conceitual ao tratar a paráfrase como plágio indireto, pois o termo *citação indireta correta*, presente na terceira coluna do quadro, é um sinônimo de *paráfrase*.

Portanto, o que foi classificado como *plágio indireto*, nos termos de Krokosz (2012), é a má paráfrase na nomenclatura anglófona e o termo *citação indireta correta* é a boa paráfrase.

No quadro mencionado, a paráfrase aparece como plágio indireto, pois a autoria original não foi mencionada no texto parafraseado. Nesse sentido, percebe-se que o autor analisou a ausência de autoria

para definir o excerto como plágio, mas não a qualidade da paráfrase. Apenas se afirma que, caso o texto não apresente a indicação da fonte, ter-se-ia cometido plágio.

Consideramos tal abordagem do plágio e da paráfrase confusa, pois apenas com a leitura do quadro (KROKOSZ, 2012, p. 44), o leitor associaria a paráfrase ao plágio. Não é possível compreender que o autor trata sobre a paráfrase que não apresenta a fonte original “por meio da indicação do autor e da identificação do documento utilizado” (KROKOSZ, 2012, p. 43).

Apesar da diferença na nomenclatura, a exposição de Krokosz se assemelha à perspectiva anglo-saxã na medida em que ambos utilizam a *paráfrase* (em termo anglo-saxão) e a *citação indireta correta* (em termo de Krokosz) como um caminho para não plagiar (PECORARI, 2001), com a ressalva de que a fonte sempre deva ser mencionada, conforme afirma Krokosz:

(A citação indireta) é a melhor maneira para se utilizar informações de outros autores. A informação original é inteiramente reescrita, com a utilização de sinônimos, inversão de frases e períodos, conservando-se apenas o sentido do conteúdo original. [...] é necessário que o autor e a data do documento original sejam identificados! Sem isto, mesmo que o texto original tenha sido inteiramente reescrito, fica caracterizado como plágio. (KROKOSZ, 2012, p. 82-83).

Sobre o ensino da paráfrase, a obra apresenta a seção “Aprofundamento: Dicas para elaboração de paráfrases” (KROKOSZ, 2012, p. 56-58), que a aborda como um dos procedimentos para a prevenção do plágio e como um problema de escrita. Por meio de exemplos, o autor, baseado numa lista de procedimentos desenvolvida pelo *Massachusetts Institute of Technology* (2007), elenca algumas dicas para a elaboração de paráfrases: “trocar as palavras originais por sinônimos”, “mudar a estrutura da sentença”, “trocar a voz passiva para a ativa e vice-versa”, “reduzir frases em alguns parágrafos”, “mudar algumas partes da narrativa original”, “apresentar a fonte utilizada” (KROKOSZ, 2012, p. 56). Todavia, em nenhum momento há distinção entre paráfrase de boa ou má qualidade.

Não advogamos aqui que esse material ou outros em língua portuguesa adotem uma visão anglo-saxã de plágio, mas com a

análise da obra 1 percebe-se a falta de clareza no ensino do tema. A própria referência ao MIT para o ensino da paráfrase sinaliza um reconhecimento da retórica americana como parâmetro para o ensino da escrita acadêmica em português. Objetivamos somente comparar a visão anglófona, predominante na publicação internacional, com a brasileira, como forma de conscientização retórica sobre duas comunidades discursivas que podem escrever de formas diversas. Porém, a academia brasileira hoje precisa dominar essas duas formas de escrever: na sua língua materna e em inglês. E, nessa questão, o plágio é uma questão crucial e nevrálgica que pode sim prejudicar a publicação internacional de nossos acadêmicos.

OBRA 2:

Um resumo é um texto sobre outro texto, de outro autor, e isso deve ficar sempre claro, mencionando-se freqüentemente o seu autor, para evitar que o leitor tome como sendo nossas as idéias que, de fato, são do autor do texto resumido. (MACHADO; LOUSADA; TARDELLI, 2004, p. 47)

O trecho selecionado é o único que contempla qualquer relação possível de ser estabelecida com o plágio. Nesse livro não há definição de plágio ou de citação, mas é importante observar que ele frisa a necessidade de mencionar a autoria do texto original quando estamos resumindo um texto de alguém. Em Swales e Feak (2004), essa menção presente no resumo chama-se lembretes ao leitor (*reminder phrases*).

Pelo trecho, pode-se inferir que a obra 2 limita o termo plágio à abordagem sobre citação, uma vez que fazer uma citação sem indicar a referência é plágio (FERREIRA; PERSIKE, 2014).

Apesar de o livro se propor a ensinar sobre o resumo escolar, ele não ensina sobre como fazer as citações e/ou parafrasear, evitando-se, assim, o plágio. Esse aspecto, crucial para se evitar o plágio, é ignorado pelo material didático.

OBRA 3:

O processo de seleção decorre de duas operações mentais, uma denominada cópia, que consiste no aproveitamento das informações do

texto; outra, denominada apagamento, que consiste na ação de eliminar as informações prescindíveis à captação da informação básica. (LEITE, 2006, p. 16)

O trecho citado refere-se à única possibilidade de relação com o plágio encontrada na obra, por tratar sobre estratégias utilizadas para resumir. As estratégias de *cópia* e *apagamento* estão ligadas ao processo de seleção do conteúdo a ser resumido e da eliminação daquilo que não é fundamental para a constituição do gênero denominado resumo escolar, o qual se constitui como um texto isolado, que condensa as ideias centrais do original.

O plágio é relacionado diretamente com a cópia. No trecho, a *cópia* é tratada como uma estratégia para construir um resumo, porém não explica o que seja essa cópia ou de que maneira ela deveria ser incorporada no texto resumido. Facilmente, pode-se associar o termo à cópia literal de trechos da obra resumida e, nesse caso, seria uma estratégia inadequada, já que copiando o trecho, sem aspas e com indicação de autoria, ou com aspas e sem citação da fonte, é considerado plágio pela concepção anglo-saxã. Além disso, o material não aborda o uso das vozes no texto.

A abordagem utilizada no livro está associada a uma prática escolar primária, ou seja, ao conhecido copiar e colar, que precisa ser combatido desde os anos iniciais de estudo, a fim de se evitar uma confusão conceitual dos alunos sobre o que é considerado plágio. Portanto, a obra trata o tema de maneira indireta, por meio de estratégias para resumo. Não se encontrou nenhuma definição explícita do que seja plágio ou cópia.

Como já dito, a relação entre resumir e plagiar é estreita e espera-se que materiais que foquem naquela habilidade tratem também dessa questão.

OBRA 4:

“Constitui plágio a apropriação de idéias alheias sem a indicação do autor e da fonte de onde foi retirada a informação referenciada, além de denunciar desonestidade intelectual.” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 128)

O trecho acima demonstra que a obra contempla a noção de plágio por meio de definição associada ao termo *apropriação*, que não é explicada: seria paráfrase de boa, ou má qualidade ou cópia literal com ou sem menção à fonte? Além disso, a obra relaciona o plágio à “desonestidade intelectual”, demonstrando uma abordagem pautada pelo viés ético na pesquisa.

As citações indiretas devem ser transcritas no corpo do texto de maneira corrente e sem aspas, mas com a indicação da fonte. As citações mistas também serão transcritas no corpo do texto, colocando-se entre aspas os termos e expressões textuais tirados dos documentos, com indicação da respectiva fonte. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 128)

Esse excerto aponta como as citações indiretas e mistas devem ser elaboradas no texto científico e frisa a necessidade da indicação da fonte, o que evidencia uma preocupação dos autores em indicar ao leitor a importância disso na constituição de um texto, especialmente acadêmico.

Entretanto, o termo “paráfrase” não é associado à definição de citação indireta e não se menciona que, caso não se indique a fonte, comete-se um plágio, mesmo que a paráfrase seja de boa qualidade.

OBRA 5:

Tais citações são transcritas a partir das fichas de documentação, podendo ser transcrições literais ou então apenas alguma síntese do trecho que se quer citar. Em ambos os casos, é necessário indicar a fonte, transpondo os dados já presentes na ficha. Note-se que as citações bem escolhidas apenas enriquecem o trabalho; o que não se pode admitir em hipótese alguma é a transcrição literal de uma passagem de outro autor sem se fazer a devida referência. (SEVERINO, 2007, p. 174-175)

A “transcrição literal” é a citação direta, em que o trecho é copiado do mesmo modo como está no original. A “síntese do trecho” pode ser entendida como um resumo das ideias centrais ou uma paráfrase (de boa ou má qualidade). Novamente, não se aborda o caso de haver uma má paráfrase com citação da fonte.

O autor afirma: “[...] o que não se pode admitir em hipótese alguma é a transcrição literal de uma passagem de outro autor sem se fazer a devida referência” (SEVERINO, 2007, p. 175), sem associá-la ao termo plágio. Parece-nos que, para o autor, não há relevância em explicitar uma definição de plágio, mas apenas dizer que não se pode admitir esta ação, a qual não recebe denominação por parte do autor.

OBRA 6:

“[...] (para) a elaboração da revisão da literatura [...] (4) indiquemos claramente a fonte das ideias/informações de que nos apropriamos no nosso texto”. (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 92)

Nesse trecho, é possível inferir uma definição de citação como uso de ideias/informações de outros autores em nosso texto. Não há uso dos termos “citação” e “plágio”; trata-se, portanto, de uma alusão indireta a plágio por meio de definição inferida de citação. Entretanto, apesar de fazer referência ao recurso da citação, o livro não ensina como fazê-lo. Para uma informação mais completa e preventiva sobre o problema, o trecho poderia ser acrescido “(4) indiquemos claramente a fonte das ideias/informações de que nos apropriamos no nosso texto *para não cometermos plágio*” (marcações das autoras).

Deve-se notar também a ambiguidade do trecho no uso do verbo apropriar. Em que consiste essa apropriação? Cópia literal (com ou sem referência da fonte)? Paráfrase de boa ou má qualidade, com ou sem menção da fonte? Da mesma forma que nos outros materiais, as informações são incompletas em relação tanto à definição de citação quanto à confecção das paráfrases, elementos cruciais para se evitar o plágio.

OBRA 7:

O limite entre sofrer influência, ter consciência disso, encontrar formas de assumi-la e apropriar-se do discurso de outros, descuidar das referências, de fato, é tênue, principalmente na academia, onde a exigência de crédito aos trabalhos já publicados é ainda maior; isso

porque não se pode anunciar o ineditismo de uma idéia quando ela já foi abordada em outros estudos. (PERROTTA, 2004, p. 50-51)

É possível inferir uma definição de plágio: apropriar-se do discurso de outros, descuidar das referências. Porém, não há uma definição do que seja discurso. Esse termo, técnico na área de Letras (uma definição poderia ser o uso da linguagem), precisa de definição clara tanto para os profissionais da linguagem quanto para pessoas de outras áreas de conhecimento, que podem também ser usuárias desse material. Da mesma maneira, não está claro o que se entende por descuidar das referências. Seria colocar autor e ano onde também se deveria colocar página? Seria não fazer nenhuma referência, cometendo plágio explícito? Nota-se, portanto, que as diversas interpretações possíveis podem prejudicar de forma significativa a prevenção do plágio nos materiais, apesar da autora reconhecer a exigência da academia a respeito. Semelhante aos outros materiais, a expressão dos conceitos não é clara, podendo gerar mais confusão do que esclarecimento sobre como se evitar as citações erradas ou a falta delas e o plágio.

OBRA 8:

Quando depois passarem à redação da tese, já não terão o texto à frente e provavelmente copiarão trechos inteiros da vossa ficha. Deverão certificar-se de que os trechos que copiam são verdadeiramente paráfrases e não citações sem aspas. Caso contrário, terão cometido um plágio. (ECO, 1997, p. 180)

O trecho trata diretamente sobre o plágio e o define como “citações sem aspas”. O autor define paráfrase como repetir “com palavras o pensamento do autor” (ECO, 1997, p. 179), mas não esclarece que, caso elaborada sem indicação da autoria, também é plágio. O livro traz uma extensa explicação sobre citações, que contém as regras formais para compô-las de maneira correta. Tais regras são muito parecidas com as normatizadas pela ABNT em nosso país.

Uma possível reformulação do trecho seria acrescentar ao final do excerto acima a frase: “que é utilizar como próprias as ideias e palavras de outra pessoa, sem indicar a fonte da qual foram retiradas”.

2.1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OBRAS

Krokosz (2012) define plágio de forma explícita, entretanto confusa; Machado, Lousada e Tardelli (2004) mencionam a importância de citar a autoria do texto original, mas não explicitam que a falta disso pode levar a cometer plágio; Leite (2006) desenvolve uma abordagem ligada à prática escolar e universitária, tratando de técnicas para elaboração de resumo; Cervo, Bervian e Silva (2007) definem plágio explicitamente, mas a abordagem pode gerar dúvidas ao leitor quanto ao que se entende por *apropriação*; Motta-Roth e Hendges (2010) tratam o plágio de forma indireta, por meio de definição de citação. Em Severino (2007), Perrotta (2004) e Eco (1997) é possível inferir uma definição de plágio. Ou seja, com exceção de Krokosz (2012) e Cervo, Bervian e Silva (2007), todos os demais estudos possuem uma abordagem indireta sobre o plágio.

Dos oito livros analisados, cinco não usaram o termo plágio nos seus textos, sinalizando que ele é um termo evitado. Comportamento semelhante foi observado por Ferreira e Persike (2014) em sites das unidades de ensino de uma universidade pública brasileira.

Em suma, a análise nos permite delinear o seguinte quadro sobre o tratamento dado ao plágio por materiais de escrita acadêmica muito utilizados no Brasil e sua consequente concepção: aponta-se para uma tendência em tratar o plágio por meio de definições não explícitas, em que se trata o assunto por meio de associações com citação. Além disso, não há definição e distinção entre paráfrase de boa ou má qualidade, como ocorre na visão anglo-saxã. Da mesma maneira, não se associa a paráfrase ruim com referência ao plágio. A ênfase, portanto, é tratar o plágio como citação sem indicação da referência, entretanto a conceituação dos termos plágio e citação, quando elaborada, é vaga ou deficiente, promovendo a possibilidade de diversas interpretações e gerando dúvidas ao leitor.

3. DISCUSSÃO

Pela análise acima, conclui-se que a abordagem dos manuais sobre o problema do plágio é superficial. Como consequência desse tratamento, o conceito de plágio brasileiro que podemos inferir por essa

pequena análise é a cópia literal sem menção da fonte ou uma paráfrase sem menção de fonte. A concepção de seu ensino se limita à exposição de regras de citação. Considerando a crescente internacionalização das universidades e a exigência de publicação internacional, o tratamento dessa questão no Brasil é pífio. Nossa comunidade acadêmica não está sendo devidamente preparada para publicar internacionalmente no que tange ao entendimento do conceito e sua prevenção.

Não estamos com essa análise fazendo apologia do conceito anglo-saxão e denegrindo a visão mais leniente do Brasil em relação ao termo. Objetivamos sim chamar a atenção para visões diferentes dessa prática considerada má conduta por ambos os contextos e para o seu tratamento. Obviamente, os materiais em análise, com exceção de Krokosz (2012), publicados em épocas anteriores a esse novo contexto da universidade, não enfatizavam essa questão, mas, por outro lado, as sucessivas reedições de alguns deles, permitem, sim, incorporar essas novas discussões. Apesar das limitações apontadas, esta obra representa um avanço na discussão da questão no Brasil.

Tentar depreender uma concepção de plágio brasileira em apenas alguns materiais pode parecer insuficiente, entretanto esses materiais são representativos dos poucos existentes sobre escrita acadêmica em português disponíveis no mercado (comparado com o grande número em inglês) e refletem um comportamento também já verificado em *sites* de institutos de uma grande universidade do Brasil. Nesses sites, Ferreira e Persike (2014) concluem que:

[...] o foco da abordagem acerca do plágio na universidade é indireto e normativo. As normas encontradas referem-se à citação e não ao plágio. Não se estabelecem medidas pedagógicas e preventivas para o plágio ou regras para sua punição. Da mesma forma, foi possível perceber que os documentos reconhecem a existência e a ocorrência do plágio na academia, mas não se ensina como evitá-lo. (FERREIRA; PERSIKE, 2014, p. 532).

Portanto, o plágio é evitado tanto no uso do termo quanto no seu ensino, e assim, formas de prevenção ou punição se tornam mais difíceis de serem adotadas e até injustas. Parece que a carga negativa do termo, historicamente constituída, impede uma abordagem mais

objetiva da questão tanto pelas universidades quanto pelos materiais (e provavelmente pelos docentes também). Infelizmente, a academia perde com isso, pois menos prepara seus membros para a publicação internacional e para a adoção de práticas consideradas mais éticas por essa mesma comunidade.

4. CONCLUSÃO

A visão anglófona é claramente identificável: há uma definição explícita do que é entendido por plágio e quais as formas de manifestação do problema. A preocupação em tratar o assunto é grande, fato visível pelo expressivo número de publicações e pela produção elevada de materiais para evitá-lo.

Sutherland-Smith (2010) ressalta que no mundo anglo: “As Universidades estão conscientes da necessidade de abordar a questão controversa de plágio, bem como questões mais amplas de integridade acadêmica, para manter a confiança do público na reputação da instituição e de seus cursos e na qualidade dos seus diplomados” (p. 13). Gu e Brooks (2008) apontam a necessidade de se atentar para os valores culturais que embasam as práticas de citação e paráfrase.

No Brasil, o problema é tratado por meio de instruções formais sobre citação e, acredita-se, desta forma, prevenir o plágio, como apontado em Ferreira e Persike (2014). A maioria dos livros e manuais estudados sequer definem o termo, prejudicando a prevenção do problema tanto para publicações nacionais quanto internacionais.

Evita-se associar a definição ao termo *plágio*, o que reforça o temor já verificado em outros contextos (FERREIRA; PERSIKE, 2014) de se lidar com o tema. O foco da abordagem é indireto e não há informações que caracterizem e definem o plágio, a fim de torná-lo conhecido e passível de ser evitado. Em outras palavras, os materiais relegam a questão a segundo plano.

Uma grande diferença se nota quando se investiga sobre o ensino da paráfrase no Brasil e no exterior. Na visão anglo-saxã, busca-se intensificar o ensino de estratégias de referenciação e paráfrase (GU; BROOKS, 2008), bem como a detecção do plágio por meio de rastreadores como o *CrossCheck*. No Brasil, o ensino sobre as técnicas

de escrita acadêmica parece se restringir a informações sobre citações, conforme discutido por Ferreira e Persike (2014), acreditando-se que, dessa forma, previne-se o plágio.

O tema aqui foi abordado sob o ponto de vista de habilidades básicas não ensinadas ou, quando ensinadas, o foram de modo pouco claro. Assumindo a definição de letramento acadêmico de Ferreira (2015), buscamos, neste trabalho, avaliar o quanto as habilidades necessárias para se evitar o plágio são ou não ensinadas em materiais específicos, os manuais didáticos. Isso obviamente afeta a agência que pesquisadores, no caso, brasileiros, poderiam e deveriam ter frente à publicação nacional e internacional. O letramento acadêmico também é definido como prática social (LEA; STREET, 1998); buscamos aqui, e no trabalho de 2014, investigar as práticas institucionais que dificultam um entendimento do que seja plágio na publicação acadêmica nacional e internacional por parte dos neófitos: em 2014, nos *sites* das faculdades de uma importante universidade brasileira, e aqui, nos manuais.

Faz-se necessário aprofundar os estudos sobre o plágio no país e definir claramente o que entendemos por plágio e como essa concepção se assemelha ou se distancia da visão imperante na publicação internacional. Defendemos uma política em relação ao plágio que efetivamente materialize as diretrizes defendidas por agências de fomento governamentais e se concretizem na vida acadêmica do país, nas salas de aula, nos programas de pós-graduação, nos departamentos e um ensino efetivo sobre essas habilidades e os valores associados ao termo para promover agência dos pesquisadores em relação à questão. Torna-se fundamental tratar o plágio como uma questão de letramento acadêmico – no nível das habilidades de parafrasear e citar; e no nível da socialização promovida institucionalmente. Em suma, o plágio é um tema crucial na socialização com o letramento acadêmico que não pode ser mais ignorado.

Como sugestão para futuras pesquisas, a visão brasileira de plágio pode ser mais amplamente investigada focando nas práticas sociais do letramento acadêmico, como, por exemplo, a materialização das diretrizes dos documentos oficiais nas universidades brasileiras, o entendimento da comunidade acadêmica sobre essas diretrizes e o tratamento dado a casos comprovados de plágio na academia brasileira e ensino regular.

THE BRAZILIAN AND ANGLOPHONE CONCEPTIONS OF PLAGIARISM: A PRELIMINARY STUDY

ABSTRACT

With the internalization of Brazilian universities and the growing pressure for publication in English in highly ranked international journals, plagiarism acquires more complex (FERREIRA; PERSIKE, 2014) facets such as the cultural aspect. This study analyzes the view of the term adopted by textbooks of academic writing in Portuguese and compares it with the Anglophone view (SCOLLON, 1995). The Anglo view was studied in literature reviews on the topic and on the main international publishers websites while the Brazilian view was sought in the definitions (or lack of) of plagiarism in eight important manuals on academic writing in Portuguese. The analysis shows that the term is avoided in Brazil, while it is widely discussed in the Anglo-Saxon context. In addition to being defined superficially – when there is a definition – prevention is not the focus, since one aspect of academic literacy essential for text production – paraphrasing – is not properly addressed by the materials.

KEYWORDS: plagiarism, academic literacy, textbooks on academic literacy, Brazilian and anglophone conceptions of plagiarism.

CONCEPCIONES BRASILEÑA Y DE HABLA INGLESA DE PLAGIO: UN ESTUDIO PRELIMINAR

RESUMEN

Ante la internalización de las universidades brasileñas y la creciente presión por publicación en inglés en periódicos internacionales bien calificados, la cuestión del plagio adquiere contornos más complejos (FERREIRA; PERSIKE, 2014) como por ejemplo el aspecto cultural. El estudio analiza la visión del término en los manuales de enseñanza de la escritura académica en portugués y la compara con la visión anglófona (SCOLLON, 1995). La visión anglófona fue investigada en revisiones de la literatura sobre el tema y en sitios de las principales editoriales internacionales. La visión brasileña fue abordada en ocho importantes manuales de enseñanza de la escritura académica en portugués. Se verificó que el término es evitado en Brasil, mientras que en el contexto anglosajón, es ampliamente discutido y su enseñanza defendido. Además de ser definido de manera superficial-cuando hay definición, la prevención al plagio no es abordada, ya que las habilidades esenciales de la

alfabetización académica para la elaboración de textos, como la paráfrasis, no se contemplan adecuadamente en los materiales.

PALABRAS CLAVES: plagio, alfabetización académica, manuales de enseñanza de la escrita académica en portugués, visiones brasileñas y anglófonas del plagio.

NOTAS

1. Apesar dos termos ético e jurídico estarem próximos, Pithan e Vidal (2013) afirmam que a ética no plágio (a má ação) antecede o seu aspecto jurídico. Ressaltamos também que este aspecto não pode ser ignorado pela influência direta que a OAB teve na elaboração de documentos oficiais sobre o tema no Brasil.
2. Possenti (2007, p. 23) define autor como alguém que toma uma posição e a explicita em seu texto, de modo que não o torne apenas um compilado de regras gramaticais bem executadas, o que é necessário, mas contemple, também, a constituição de sua personalidade e estilo.
3. Tradução nossa para “the creative, original individual who, as an autonomous scholar, presents his/her work to the public in his/her name” (p. 1).
4. Tradução nossa para “ideas and wordings are capable of being originally crafted by individuals” (p. 20).
5. Tradução nossa para “material that has been taken from some source by someone without acknowledgement and with/without intention to deceive” (p. 235).
6. Tradução nossa para “one of many forms of academic misconduct [...] fostered by an overall ‘cheating culture’ that has developed as a result of the marketization of the academy and the increasing economic value attaching to academic qualifications”. (p. 162)
7. Tradução nossa para “borrowing someone’s ideas, information or language without documenting the source”, “documenting the source but paraphrasing the source’s language too closely, without using quotation marks to indicate that words and phrases have been borrowed” (p. 162)
8. Comitê para a Ética na Publicação (<<http://www.publicationethics.org>>).
9. Escritório americano para a integridade na pesquisa.

10. Tradução nossa para “minor copying of short phrases such as that in discussion of research paper from non-native language speaker is not acceptable from the point of view of COPE”.
11. Tradução nossa para “appropriation of another person’s ideas, processes, results or words without giving appropriate credit”. Disponível em: <<http://ori.hhs.gov/definition-misconduct>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
12. Disponível em: <<https://www.elsevier.com/editors/publishing-ethics/perk/questions-and-answers#plagiarism>>. Acesso em: 13 jun. 2016.
13. Disponível em: <<http://authorservices.taylorandfrancis.com/wp-content/uploads/2015/08/Ethical-guidelines-for-authors.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.
14. Tradução nossa para “In the cantonese metaphorical system, one is who one is, whether or not one expresses it freely, openly and frequently to others. In the North American system, by contrast, there is a compulsion constantly to re-create the self (and to assist others in their task of self-creation) through communication, especially through talk.” (SCOLLON, 1995, p. 19)
15. Na Introdução de “Metodologia do trabalho científico”, Severino explica que o “[...] livro tem por objetivo apresentar aos estudantes universitários alguns subsídios teóricos e práticos para o enfrentamento das várias tarefas que lhes serão solicitadas ao longo do processo ensino/aprendizagem de sua formação acadêmica. Trata-se, pois, de uma iniciação teórica, metodológica e prática ao trabalho científico a ser desencadeado desde o limiar da frequência universitária [...]” (p. 17). Da mesma maneira, Cervo e Bervian, em “Metodologia científica para uso dos estudantes universitários”, afirmam que “[...] a Metodologia Científica [...] fornece os pressupostos do trabalho científico. Estes compreendem certas normas consagradas pelo uso, entre cientistas, referentes à estrutura e à apresentação do trabalho científico, além das técnicas e métodos relativos à pesquisa e à elaboração do mesmo [...]” (p. 9).
16. Obviamente, com o acesso cada vez mais difundido à internet, há outras formas de consulta à biblioteca e materiais, porém nesse estudo nos restringimos ao site do Dedalus: <<http://dedalus.usp.br/F?RN=397505199>>.
17. Tradução nossa para “Copying a paragraph making only small changes, such as replacing a few verbs or adjectives with synonyms”.

18. Tradução nossa para “rewriting with substantial changes in language and organization, amount of detail, and examples”.
19. O livro deste autor italiano foi escolhido por ser tradicional na área, ter vários exemplares em bibliotecas e possuir várias edições impressas, o que significa que seu uso é recorrente no Brasil.
20. Tradução nossa para “Universities are aware of the need to address the controversial issue of plagiarism, as well as broader issues of academic integrity, to maintain public confidence in the reputation of the institution, its courses and quality of its graduates.”

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Paulino. O que fazer quando eu recebo um trabalho CTRL C + CTRL V? Autoria, pirataria e plágio na era digital: desafios para a prática docente. In: 2º SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: MULTIMODALIDADE E ENSINO, 1., 2008, Recife. *Anais Eletrônicos...* Recife: UFPE, 2008.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. A qualidade das publicações científicas: considerações de um Editor de Área ao final do mandato. *Acta Botanica Brasilica*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 292-296, mar. 2009.

AZEVEDO, Eliane Elisa de Souza. Honestidade Científica: outro desafio ao controle social da ciência. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 76, n. 1, p. 35-41, jan./jun. 2006.

BARBASTEFANO, Rafael Garcia; SOUZA, Cristina Gomes de. Percepção do conceito de plágio acadêmico entre alunos de engenharia de produção e ações para sua redução. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 27., 2007, Foz do Iguaçu. *Revista Produção Online*, Florianópolis, UFSC, 2007, Edição especial.

BBC BRASIL. *Ministra alemã da educação terá de devolver diploma por plágio*. 07 fev. 2013. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,ministra-alema-da-educacao-tera-de-devolver-diploma-por-plagio,994297>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

BERLINK, Roberto Gomes de Souza. The academic plagiarism and its punishments – a review. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, Curitiba, v. 21, n. 3, p. 365-372, maio/jun. 2011.

CALLAHAN, David. *The cheating culture: why more Americans are doing wrong to get ahead*. London: Harvest, 2004.

CAPES. Orientações Capes – Combate ao plágio. 2011. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes_CombateAoPlagio.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2017.

CASTRO, Fábio de. ‘Erro não comprometeu os resultados’, diz pesquisador da Fapesp. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 07 out. 2014.

Disponível em: <<http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,erro-nao-comprometeu-os-resultados-diz-pesquisador-da-fapesp,1573174.>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica para uso dos estudantes universitários*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHRISTOFE, Lilian. *Intertextualidade e plágio: questões de linguagem e autoria*. 1996. 192f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000115064.>>. Acesso em: 24 out. 2016.

CNPq. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. 2011. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

DIAS, Wagner Teixeira; EISENBERG, Zena Winona. Vozes diluídas no plágio: a (des)construção autoral entre alunos de licenciaturas. *Pro-Posições*, Campinas, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 179-197, 2015.

DINIZ, Debora; MUNHOZ, Ana Terra Mejia. Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica. *Argumentum*, Vitória, v. 1, n. 3, p. 11-28, jan./jun. 2011.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 13 ed. Barcarena, PA: Editorial Presença, 1997.

ESCOBAR, Herton. *Pressão para publicar pode induzir má conduta de pesquisadores*. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 2013. Disponível em: <<http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/ma-conduta-wsf/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

FAPESP. Sobre a integridade ética na pesquisa. 2011. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/6566>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

FERREIRA, Marília Mendes. *A promoção do letramento acadêmico em inglês por meio do ensino desenvolvimental: contribuições da teoria histórico-cultural*. 2015. 179f. Tese (Livre- Docência em Linguística Aplicada) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FERREIRA, Marília Mendes; PERSIKE, Alissa. O tratamento do plágio no meio acadêmico: o caso USP. *Signótica*, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 519-540, 2014.

FLOWERDEW, John; LI, Yongyan. Plagiarism and second language writing in an. *Annual Review of Applied Linguistics*, v. 27, p. 161-183, 2007.

FOLHA DE S. PAULO. Das agências de notícias. Acusado de plagiar tese, sul-coreano membro do comitê olímpico é suspenso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jul. 2016. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1796723-acusado-de-plagiar-tese-sul-coreano-membro-do-comite-olimpico-e-suspenso.shtml>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

FOLHA DE S. PAULO. Das agências de notícias. Tóquio-2020 apresenta novo logotipo após acusações de plágio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 abr. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/04/1764373-toquio-2020-apresenta-novo-logotipo-apos-acusacoes-de-plagio.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

GONÇALVES, Heloísa Helena Leal; NOLDIN, Pedro Henrique Piazza; GONÇALVES, Claudio Cesar. O recurso do plágio em trabalhos acadêmico-científicos: um tema em questão. *Revista da Unifebe*, Brusque, Santa Catarina, v. 1, n. 9, jul./dez. 2011. Disponível em: <www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20112/artigo007.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

GU, Qing; BROOKS, Jane. Beyond the accusation of plagiarism. *System*, v. 36, n. 2, p. 337-352, 2008.

HACKER, Diana. *The Bedford for Writers*. 3 ed. Boston: Bedford Books, 1991.

HOWARD, Rebecca Moore. A plagiarism pentimento. *Journal of Teaching Writing*, v. 11, n. 3, p. 233- 245, 1993.

KROKOSZ, Marcelo. *Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

_____. *Outras palavras sobre autoria e plágio*. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

LARIVIÈRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. *PLoS ONE*, v. 10, 6, p. 1-15, jun. 2015.

- LEA, Mary; STREET, Brian. Student writing in higher education: an academic literacies approach. In: *Studies in Higher Education*, v. 23, p. 157-172, 1998.
- LEITE, Marli Quadros. *Resumo*. São Paulo: Editora Paulistana, 2006. (Coleção: Aprenda a fazer).
- LI, Yongyan. Text-Based Plagiarism in Scientific Publishing: Issues, Developments and Education. *Sci Eng Ethics*, v. 19, p. 1241-1254, 2013.
- LUKE, Belinda; KEARINS, Kate. Attribution of words versus attribution of responsibilities: academic plagiarism and university practice. *Organization*, v. 19, n. 6, p. 881-889, 2012.
- MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; TARDELLI, Lília Santos Abreu. *Resumo: leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MARTIN, Ben R. Whither research integrity? Plagiarism, self-plagiarism and coercive citation in an age of research assessment. *Research Policy*, v. 42, n. 5, p. 1005-1014, jun. 2013.
- MORAES, Rodrigo. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. *Diálogos possíveis*, v. 3, n. 1, p. 91-109, 2004.
- MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- NEUSTEIN, Marília. Sobre Melania Trump, plágio e rivalidades. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 jul. 2016. Disponível em: <<http://vida-estilo.estadao.com.br/blogs/sem-retoques/sobre-melania-trump-plagio-e-rivalidades/>>. Acesso em: 18 dez. 2016.
- PARA estudantes da era da internet, não há vergonha em copiar. *Último segundo*, 3 set. 2010. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/para-estudantes-da-era-da-internet-nao-ha-vergonha-em-copiar/n1237738016671.html>>. Acesso em: 13 dez. 2016.
- PATTERSON, Lyman Ray. *Copyright in historical perspective*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1968.
- PECORARI, Diane. Plagiarism and international students: How the English-speaking university responds. In: BELCHER, Diane Belcher; HIRVELA, Alan (Ed.). *Linking literacies: Perspectives on L2 reading-writing connections*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.
- PENNYCOOK, Alastair. Borrowing Others' Words: Text, Ownership, Memory, and Plagiarism. *TESOL Quarterly*, v. 30, n. 2, p. 201-230, 1996.

PENNYCOOK, Alastair. The complex contexts of plagiarism: a reply to Deckert. *Journal of Second Language Writing*, v. 3, p. 277-284, 1994.

PERROTTA, Cláudia. *Um texto para chamar de seu*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

PERRY, Janett. *Plagiarism in China*. [Web log comment], 2010. Disponível em: <<http://www.ithenticate.com/blog/bid/52953/Plagiarism-in-China>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. *Revista Direito & Justiça*, v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 2013.

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. Plagiarism pinioned. [Editorial]. *Nature*, v. 466, n. 7303, p. 159-160, jul. 2010. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/466159b.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

POSSENTI, Sírio. Ensinar o estilo? *Revista Calidoscópico*, v. 5, n. 1, p. 19-23, 2007.

ROBINSON, Susan R. Self-plagiarism and unfortunate publication: an essay on academic values. *Studies in Higher Education*, v. 39, n. 2, p. 265-277, 2014.

ROMANCINI, Richard. A praga do plágio acadêmico. *Revista Científica da Famec*, n. 6, p. 44-48, 2007.

SABBATINI, Marcelo. Do plágio à publicidade disfarçada: brechas da fraude e do antiético na comunicação científica. *ComCiência*, Unicamp, v. 1, p. 3, 2013.

SCOLLON, Ron. Plagiarism and ideology: identity in intercultural discourse. *Language in Society*, v. 24, p. 1-28, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. rev. atual. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SILVA, Aletéia Karina Lopes da; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. Plágio no meio acadêmico: de que forma alunos de pós-graduação compreendem o tema. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, Campo Mourão, PR, v. 3, n. 2, p. 117-135, 2008. Disponível em: <<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/448/247>>. Acesso em: 13 out. 2016.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 357-368, maio/ago. 2008.

SUTHERLAND-SMITH, Wendy. Retribution, deterrence and reform: the dilemmas of plagiarism. *Journal of Higher Education Policy and Management*, v. 32, n. 1, p. 5-16, fev. 2010.

SWALES, John Malcolm; FEAK, Christine B. *Academic writing for graduate students: essential tasks and skills*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

SWALES, John Malcolm; FEAK, Christine B. *Academic writing for graduate students: essential tasks and skills*. 3 ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012.

VASCONCELOS, Sonia Maria Ramos de. O plágio na comunidade científica: questões culturais e linguísticas. *Ciência e Cultura*, Tendências, v. 59, n. 3, p. 4-5, 2007.

VAZ, Telma Romilda Duarte. O avesso da ética: a questão do plágio e da cópia no ciberespaço. *Cadernos de Pós-Graduação – Educação*, v. 5, n. 1, p. 159-172, 2006.

Submetido em 23 de abril de 2017.

Aceito em 20 de novembro de 2017.

Publicado em 23 de abril de 2018.
